

BRASIL | AMAZÔNIA | TERRORISMO DE ESTADO

A floresta
que nos deixou
Bolsonaro

GENOCÍDIO, SAQUEIO, CONTAMINAÇÃO E MORTE



A floresta que nos deixou Bolsonaro

GENOCÍDIO, SAQUEIO, CONTAMINAÇÃO E MORTE

A “era Bolsonaro” ficará na memória coletiva, principalmente, por ter promovido e executado uma política do genocídio contra as populações indígenas. Sua descarada e desenfreada promoção das atividades de contrabando de recursos naturais rendeu lucros sem precedentes para várias contas bancárias. O valor do patrimônio universal da Floresta Amazônica brasileira pilhado por criminosos e delinquentes, dos mais variados tipos, desde os de colarinho branco até os que andam armados, é simplesmente incalculável: Foram saqueados recursos naturais, biodiversidade, vidas ceifadas, culturas originárias exterminadas, direitos humanos violados, e muito mais. Foi um assalto de grandes proporções, que aconteceu diante dos olhos do mundo todo e que esperamos ser capazes de deter e reverter.

No começo de fevereiro de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro baixou um decreto criando um programa para incentivar e apoiar a “mineração artesanal”, ou seja, o garimpo, criando uma comissão entre ministérios para elaborar políticas públicas e estendendo a atuação da mineração para os nove estados amazônicos.

Como filho de um garimpeiro, como veremos mais adiante, Bolsonaro tinha como objetivo ampliar a extração de ouro, promovendo uma atividade dominada principalmente por grupos mafiosos e traficantes de drogas que, além de facilitar a lavagem de dinheiro ilegal, também estimulava o desmatamento, a poluição e a violência contra os habitantes das regiões de atuação, incluindo os povos originários da Amazônia.

A FEBRE DO OURO

Em novembro de 2021, circulou entre os garimpeiros um rumor que se espalhou rapidamente: “teria ouro na foz do rio Madeira”.

Antes mesmo do final do mês, a região já contava com mais de 300 embarcações equipadas com dragas, que estavam removendo o fundo do rio. Cerca de 2 mil pessoas se estabeleceram em uma pequena cidade flutuante, amarrando suas barcas umas nas outras e formando longas barreiras que praticamente bloqueavam a navegação ao longo do curso d’água.

O garimpo geralmente é feito na ilegalidade e em lugares remotos e de difícil acesso, mas dessa vez estava ocorrendo bem perto da cidade de Autazes, a apenas 110 quilômetros de Manaus, a capital do Amazonas.

A audácia sem precedentes chamou imediatamente a atenção das organizações sociais e dos ecologistas locais.

Em poucos dias, imagens chocantes da “cidade garimpeira flutuante” correram o mundo, evidenciando a grave poluição do rio.

Durante a extração de ouro, é comum utilizar mercúrio, que se adere ao pó de ouro e, quando

não é mais necessário, é jogado nos rios. Isso cria sedimentos tóxicos que permanecem poluindo os rios e impedindo a vida dos peixes durante séculos. Além disso, o mercúrio envenena o leite dos rios e acaba sendo consumido por animais, plantas e seres humanos que utilizam as águas. Ou seja, a contaminação pode se estender por séculos, afetando negativamente todo o ecossistema.

O escândalo internacional e os protestos das populações locais, que dependem do rio como principal via de transporte de mercadorias e deslocamento pessoal devido à falta de estradas, chamaram a atenção da Polícia Federal, que decidiu intervir. Entretanto, quando as autoridades chegaram ao local, a

¹O mercúrio é um metal pesado altamente tóxico para os seres humanos e a vida em geral.

maioria das dragas já havia sido enterrada em áreas extremamente inacessíveis rio acima.

Apesar da intervenção da Polícia Federal, que conseguiu destruir algumas das pequenas dragas abandonadas nas margens do rio, as ações da autoridade não tiveram um impacto significativo na situação. As imagens das dragas sendo queimadas eram uma tentativa de mostrar uma "resposta implacável das autoridades", mas não foram suficientes para combater a cumplicidade e corrupção estrutural que permeiam a atividade ilegal de garimpo na região.

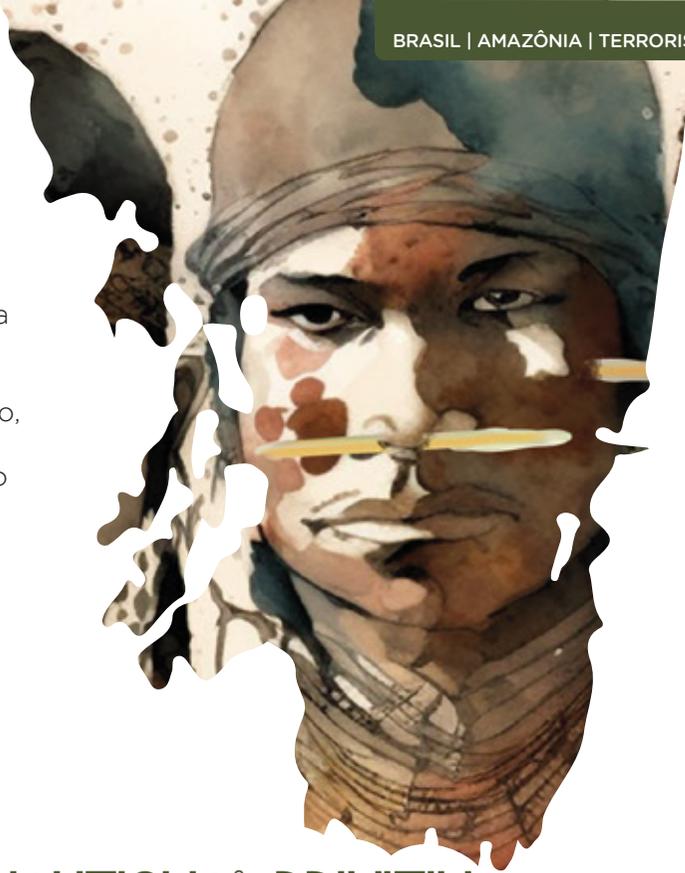
DO DESENVOLVIMENTISMO² PRIMITIVO...

Há mais de meio século, quando a ditadura militar (1964-1985) incentivou os brasileiros a migrarem em grande escala para a região Norte, com o objetivo de "vencer a Floresta"³, a Amazônia tem sofrido uma aceleração quase constante de sua destruição em larga escala.

Toda a riqueza natural da região, desde a fauna e flora até os recursos naturais, direitos sociais, econômicos e humanos, liberdade, justiça e organizações sociais e ambientalistas, além da vida de milhares de pessoas, são submetidos à impiedosa busca pelo lucro imediato, sem levar em

² El gobierno militar lanzó en 1970 el "Plan de Integración Nacional", haciendo un llamado a "integrar a la Amazonia a la economía nacional", y liberando millones de hectáreas para su ocupación, deforestación, explotación, etc. Originalmente la Amazonia brasileña ocupaba 5 mil millones de km2, hoy apenas supera los 3 mil millones.

³ Segundo a pesquisa realizada por Barros (2022), a destruição da Amazônia durante a ditadura militar foi amplamente divulgada pela imprensa brasileira. Referência bibliográfica: Barros, J. (2022). A Amazônia já era: como a imprensa glorificou a destruição da floresta na ditadura militar. Instituto Humanitas Unisinos. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603474-a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destrui-cao-da-floresta-na-ditadura-militar>



consideração os custos ambientais e sociais dessa destruição.

É certo que a mesma mecânica é aplicada em quase todo o planeta por poderes similares, com beneficiários similares, servindo-se de similares cumplicidades governamentais.

O que assusta, no caso da Amazônia, é tratar-se da maior floresta tropical do mundo, um biosistema único no planeta, onde ocorrem incontáveis

processos bio-físico-químicos de reprodução, regeneração e reciclagem de elementos essenciais para a sobrevivência humana.

Assusta também a persistência, a intensidade e a escala de destruição vista na América do Sul, decorrente de calamidades análogas, ocorridas nas regiões amazônicas do Equador, do Peru, da Colômbia, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, ainda que recebendo menos atenção dos meios de comunicação.

...AO NEODESENVOLVIMENTISMO MILITAR NA DEMOCRACIA

A política promovida por Bolsonaro durante os quatro anos de sua gestão não fez mais do que recuperar aqueles velhos delírios militares, voltando a incentivar a exploração ilegal.

A situação chegou a um ponto crítico em que a extração de madeiras nobres e a subsequente queima da vegetação remanescente para dar lugar à plantação de soja e à criação de gado superou todos os registros anteriores de destruição da Amazônia. De fato, o desmatamento aumentou em 22% durante o período de agosto de 2020 a julho de 2021.

Isto resultou em uma perda de mais de 13 mil quilômetros quadrados de floresta, algo que não acontecia desde 2006. No

entanto, durante o governo Bolsonaro, essa tendência de aumento do desmatamento foi uma constante.

Pode-se dizer a mesma coisa do impacto ambiental devido à poluição em grande escala dos rios, causada pelo garimpo.

Entre 1985 e 2020, a área explorada pela mineração no Brasil cresceu seis vezes, principalmente em terras indígenas, onde só nos últimos dez anos, aumentou em 495 por cento.

Atualmente, a Amazônia concentra 72 por cento de toda a mineração brasileira, ocupando quase 150 mil hectares, dos quais 101 mil são ocupados por mineração ilegal.

COM O GARIMPO NAS VEIAS

Serra Pelada, a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil, e em seu momento, do mundo, agora abandonada, foi descoberta em 1976, mas sua exploração só começaria em 1980.

Aquela febre do ouro levou milhares de brasileiros pobres a migrarem até lá, buscando fortuna.

Entre eles, uma parte da família do ex-presidente Jair Bolsonaro, encabeçada pelo seu pai, Percy Geraldo Bolsonaro, que até então trabalhava como protético dentário – sem diploma – no interior de São Paulo.

Percy Geraldo se instalou lá como garimpeiro, onde ainda hoje é recordado. Naquele então, seu filho já integrava a Brigada de Infantaria Paraquedista, onde se especializou em paraquedismo, mas visitava assiduamente a sua família em Serra Pelada.

Em 1983, segundo consta em seu legado militar, Bolsonaro aproveitou suas férias para viajar junto com outros cinco militares até a Bahia, para buscarem ouro.

Daí, sua paixão pelo garimpo.

Em julho de 2018, Bolsonaro gravou um vídeo e compartilhou entre garimpeiros, no qual ele

aparece à beira de um córrego utilizando uma panela de fundo cônico, típica das ferramentas usadas pelos garimpeiros na busca por ouro.

Bolsonaro, no vídeo, garante que “Sempre que possível eu paro num canto qualquer para dar uma faiscada”, expressão conhecida entre os garimpeiros, que significa procurar ouro. Já em outras ocasiões, havia afirmado que “o garimpo é um vício, está no sangue”.

SANGUE QUE PEDE MAIS SANGUE

Bolsonaro, então, conheceu o interventor em Serra Pelada, no estado do Pará. O interventor era o tenente-coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, também conhecido como ‘Major Curió’. Ele era um militar famoso por ter comandado as forças que reprimiram violentamente o movimento armado da guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974.

Durante a operação que ficou conhecida como guerrilha do Araguaia, oficialmente reportou-se a morte de 52 pessoas, embora inúmeras fontes afirmem que centenas de vítimas foram

mortas, incluindo muitos que não tinham vínculos com os revolucionários. Em decorrência dessa “proeza”, o “Major Curió”, militar famoso por comandar as forças que massacraram o movimento armado, foi nomeado interventor federal em Serra Pelada. Entre Curió e Bolsonaro houve uma afinidade imediata. O discurso radical e anticomunista do ex-presidente conquistou o Major Curió de tal forma que o militar se declarou seu maior admirador, tornando-se um dos mais fervorosos apoiadores da carreira política de Bolsonaro.

Curió impôs a sua própria “metodologia” em Serra Pelada: formalmente proibiu a entrada de álcool e de mulheres na área de mineração, mas por outro lado fez vista grossa para o enorme mercado negro que, dizem, ele próprio controlava com os seus “bate-paus”, onde tudo era pago com ouro.

A tal ponto chegou sua “liderança carismática”, que o povoado vizinho à mina foi refundado como cidade com o nome de Curionópolis. Em 1982, Curió foi eleito deputado federal, em 2000 chegou a Prefeito de Curionópolis, cargo que exerceu até 2008, quando foi destituído por enriquecimento ilícito, corrupção e vários outros crimes que, pagando uma multa, saldou convenientemente.



PARA TE ROUBAR MELHOR

Na verdade, Curió foi responsável por estabelecer as bases do atual modelo de crime organizado, que predominantemente domina a exploração ilegal de mineração no país. Esse modelo se baseia em grupos mafiosos que disputam territórios e jazidas, supostamente “licitados” pelas autoridades locais, ou conquistados pela força com o uso de armas de fogo, em uma situação de guerra constante. Bolsonaro, por sua vez, tem se dedicado a aprimorar esse modelo de forma exponencial.

Em todas as regiões de garimpagem, Bolsonaro é praticamente idolatrado.

E se trata de um amor correspondido. Em julho de 2018, mais de 500 empresários garimpeiros de Serra Pelada entregaram ao então presidente Bolsonaro uma carta, pedindo a eliminação das restrições ambientais para a mineração mecanizada em uma área de 100 hectares que inclui a

própria Serra Pelada.

Ao receber o pedido, Bolsonaro declarou que “O garimpeiro é um ser humano e não deve continuar sendo tratado como uma pessoa de terceira ou quarta categoria. Se Deus quiser, vamos buscar os meios para poderem trabalhar com dignidade e segurança”.

Durante o governo de Bolsonaro, a atividade de garimpo se expandiu exponencialmente devido às políticas de proteção e incentivo adotadas.”

UM PROPÓSITO FIRME E FORTE

Bolsonaro não está improvisando. Ele tem perseguido essa ideia fixa há anos. Em 2016, quando era deputado, apresentou o Projeto de Lei 191/2020, propondo a “exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas”. Aliás, sempre está à espreita: a guerra na Ucrânia lhe deu um pretexto e, usando sua conta de Twitter, voltou a mencionar sua antiga iniciativa.

O pretexto foi o fato de o Brasil importar da Rússia fertilizantes à base de potássio. Só em 2021, o Brasil comprou este insumo agrícola pelo valor de 1,4 bilhão de dólares. Diante de uma possível interrupção do abastecimento russo, Bolsonaro considerou no Twitter que explorar terras indígenas para conseguir esse mineral poderia resolver tal carência: “Com a guerra Rússia-Ucrânia, corremos o risco de falta de potássio ou o aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e o agronegócio [...] exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância”, afirmou naquele então.



Por trás de tamanho entusiasmo, vemos o lucro das grandes corporações de mineração que espreitam gananciosamente as terras demarcadas dos povos indígenas.

Nove das grandes corporações já solicitaram autorização para a lavra em terras indígenas, como a mineradora multinacional brasileira Vale do Rio Doce, a canadense Belo Sun e a Britânica Anglo American.

Nos últimos quatro anos, o setor experimentou um crescimento inédito, explosivo.

Em pleno século XXI, as regiões amazônicas com intensa atividade de mineração ilegal vivem uma realidade paralela onde os preços, inclusive de produtos de uso diário, costumam ser elevadíssimos. A lei e os direitos são regi-

dos por quem tiver o maior revólver. As influências políticas e judiciais acontecem à luz do dia e o modelo de acumulação de mais sucesso é aquele que depreda mais, rouba mais, polui mais. Um cenário que perfeitamente poderia ser definido como “o paraíso bolsonarista”.

De fato, viajantes que se aventuraram recentemente por essas regiões descrevem uma paisagem humana que poderia ser qualificada como o epicentro do bolsonarismo: ali se come, se bebe, se respira e se sonha ao ritmo da extrema-direita.

Adesivos, bandeiras, cartazes, bottons, publicidade de rua: tudo ainda está em sintonia com Bolsonaro e seu “amor pelo garimpo”.

idades e centros urbanos não são objeto de censo ou levantamento de qualquer tipo.

É a antítese da lei da selva. Onde antes a natureza se encarregava de organizar a vida, as mudanças e a permanente reprodução das espécies, de forma sustentável,

com biodiversidade e saúde, hoje o que vemos é um rastro de pobreza, violência, poluição e morte.

Lá, as verdadeiras fortunas são acumuladas roubando terras, comprando influências, ameaçando a concorrência, contaminando as águas, devastando a floresta, escravizando trabalhadores, expulsando indígenas e, muitas vezes, “atirando à queima-roupa”, especialmente contra os mais vulneráveis.

O Estado “modo Bolsonaro”, exercendo seu “sagrado direito à cumplicidade”, concentrou-se em favorecer o crime.

A esta complexa situação soma-se a evolução do preço do ouro, que não parou de subir nos últimos anos. Para dar um exemplo: no final de 2019, a onça de ouro valia 1.460,15 dólares e, no final de 2022, a mesma quantidade valia .920,78 dólares; nos últimos dez anos o preço do ouro subiu 34 por cento.

Isso atraiu grupos de narcotraficantes que não apenas usam as rotas abertas na floresta pelos garimpeiros para transportar drogas, mas também investem enormes quantias de dinheiro “comprando direitos” dos principais garimpos ou adquirindo ouro acima de sua cotação oficial como forma de lavar dinheiro proveniente do tráfico.

A presença cada vez maior destes poderosos grupos criminosos aumenta ainda mais a violência na região.

A DESINFORMAÇÃO (MAL) INTENCIONADA

Ninguém sabe quantos garimpeiros existem no Brasil. As estimativas variam drasticamente entre 80 mil e 800 mil.

Podendo ser ainda mais, porque muitos deles garimpam em territórios acessíveis apenas por ar ou água, e mesmo aqueles que garimpam relativamente perto de



ENTRE A ESPADA E A FLORESTA

Os primeiros a sentir as consequências desta realidade são os povos indígenas, habitantes da Amazônia há tempos imemoráveis.

São agora umas 850 mil pessoas, cuja maior parte vive em reservas que representam 12 por cento do território brasileiro.

Pelo menos em teoria, já que grandes áreas dessas terras de conservação foram invadidas de forma violenta por fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e outros aventureiros.

Além da invasão contínua de seus territórios, que lhes são constitucionalmente reconhecidos, muitos povos indígenas enfrentam conflitos internos gerados pelas promessas sedutoras dos grandes garimpeiros e, em muitos casos, das próprias autoridades locais. Estes indivíduos lhes oferecem um futuro economicamente promissor em troca de autorização para a lavra em suas terras.

A norma, no entanto, sempre foi que os garimpos se estabeleçam sem autorização e, sistematicamente, gerando conflitos violentos com os indígenas que costumam sair perdendo. Esse jeito gângster de

ser é o que se exacerbou como nunca antes visto na região amazônica: Bolsonaro soltou a coleira da besta.



GUERRA DE BAIXA INTENSIDADE

A investida bolsonarista foi completa.

Além de considerar os indígenas como “quase humanos como nós”, pretendeu – uma vez mais –

acabar com a política de demarcação de terras para os povos indígenas.

Os legisladores bolsonaristas, garimpeiros e ruralistas aliados exerceram forte pressão sobre o governo para adotar medidas reduzindo ainda mais a proteção dos territórios e dos direitos indígenas. Essa é uma postura que sempre foi defendida por Bolsonaro.

Durante o ano passado, foram registrados vários ataques, incêndios e até tiroteios contra as casas das lideranças indígenas das comunidades Yanomami e Munduruku, nos estados amazônicos de Roraima e Pará.

Tudo indica que tais ataques foram obra de um grupo de garimpeiros que estavam atuando ilegalmente nas reservas e foram denunciados pelos indígenas.

As lideranças indígenas afirmam estar enfrentando a situação mais perigosa desde o final da ditadura, na década de 80. As ameaças de morte são constantes e os indígenas vivem em um estado de tensão permanente, sentindo em meio a um “estado de guerra” constante.

Este contexto de violência, roubo e poluição quis ser ampliado e consolidado por meio de projetos de lei que visam a premiar grileiros, ou seja, invasores de

terras fiscais, permitindo-lhes legalizar fraudulentamente suas atividades ilegais. Além disso, há uma tentativa de desmontar a legislação de demarcação de terras indígenas, com o objetivo de permitir que grileiros, madeireiros, pecuaristas, produtores de soja e garimpeiros tenham acesso a essas terras.

Não foi possível obter a aprovação dos projetos de lei devido à falta de tempo, visto que a vitória do ex-presidente Lula, nas eleições de 2022, desarticulou tal propósito."

Os maiores territórios indígenas do Brasil estão localizados na região da floresta tropical amazônica, que abrange cerca de um quarto do território da

Amazônia brasileira.

Foi confirmada a presença de 28 povos indígenas em situação de isolamento na região mencionada, ou seja, que nunca tiveram contato com a sociedade moderna. Acredita-se que existam ainda outros 70 grupos indígenas em situações semelhantes, que vivem em diferentes partes da Amazônia brasileira e ainda não foram contatados.

Um desses projetos de lei - o PL490 - teria permitido forçar o contato com esses grupos altamente vulneráveis, desde que fosse invocado um "interesse nacional superior", e até mesmo permitiria que "terceiros" integrassem as equipes de contato.

AS NOVAS "CRUZADAS"

A inclusão desses "terceiros", que aparentemente incluem grileiros, mineradores e missionários evangélicos, que estão ansiosos para levar a palavra de Cristo aos indígenas isolados, chamou a atenção de muitos legisladores da oposição e de ativistas sociais.

Claro, da mesma fé religiosa que Jair Bolsonaro, é Marcelo Xavier da Silva, nomeado como presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁴, cuja missão oficial é "proteger e promover os direitos dos povos indígenas do

Brasil", como anunciado em seu site."

Marcelo Xavier da Silva foi denunciado reiterativamente pelas comunidades indígenas, acusado de cumplicidade com os interesses do agronegócio e do garimpo ilegal.

Não é de surpreender então que Marcelo Xavier da Silva seja, também, agente a Polícia Federal.

⁴Agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Já no ano passado, ele ordenou a uma equipe de colegas que investigasse várias lideranças indígenas, a quem acusou de difamação para "minar a imagem internacional do Brasil" ou de sabotar a instalação de linhas de alta tensão.

Os indígenas afirmam que a ex FUNAI deixou de proteger as suas comunidades para persegui-las.

A EXTREMA-DIREITA QUER ABOCANHAR TUDO

Toda a política implementada e projetada por Jair Bolsonaro na Amazônia desde sua posse como presidente tem sido uma incitação à violência, à exploração ilegal dos recursos naturais, à ganância, individualismo, corrupção, impunidade e submissão dos mais vulneráveis ao poder do dinheiro e das influências que ele compra

Nenhuma dessas mazelas sociais é realmente nova na região, elas não começaram com Bolsonaro, mas sob seu impulso se



expandiram e se multiplicaram sem controle, e “viralizaram” (para usar uma analogia comum).

Agora, será preciso desmontar empresas ilegais, organizações criminosas mecanizadas, armadas e capitalizadas, que substituíram o Estado e suas leis.

Se essa forma de usar e abusar da Amazônia, suas riquezas e habitantes não for detida e revertida no Brasil, mais cedo ou mais tarde testemunharemos uma reconfiguração completa e irreversível do que conhecemos como a floresta amazônica brasileira..

Con todos os prejuízos previsíveis para as comunidades tradicionais que vivem lá, para as organizações sociais de trabalhadores, ativistas e trabalhadoras, para as correntes de água doce, a biodiversidade, a absorção de CO2 e seu impacto sobre a mudança climática global, entre outros.

Diante deste quadro, muitos analistas não hesitam em acusar Bolsonaro e seus capangas de terem exercido um “terrorismo de Estado” ao utilizar suas estruturas para impor uma “guerra suja” contra a sociedade civil e o ambiente, e de promover e amparar crimes de lesa humanidade, como o genocídio das comunidades indígenas,

obrigadas a conviver com a contaminação do garimpo ilegal ou por terem sido expulsas de suas reservas por meio da intimidação constante, da perseguição, ameaças e até a morte.

COERÊNCIA E COMPROMISSO

No próximo mês de março, completará 18 anos desde que a Rel-UITA, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) do Pará, concluíram um projeto exaustivamente elaborado, onde uma equipe de três pessoas, com assessoria e participação local, realizou um vídeo in situ, durante a Campanha Internacional “Basta de Violência no Campo”.

Naquele mês de março, uma equipe viajou milhares de quilômetros adentrando na Amazônia paraense, por terra, água e ar, realizando entrevistas com sindicalistas e ativistas ameaçados de morte, revelando os depoimentos dos companheiros, companheiras e familiares de militantes assassinados e assassinadas por defender os direitos sindicais, sociais e ambientais de suas comunidades.

Fazendo um jogo de palavras em português, criamos na época a expressão ‘Quem mata, desmata’, para descrever a coincidência

entre as mesmas pessoas, empresas e modelo de desenvolvimento amazônico daqueles que desmatam, extraem madeira nobre, incendeiam, devastam a floresta para plantar soja transgênica ou introduzir gado, se dedicam à mineração ilegal, à lavagem de dinheiro, tráfico de influência e tráfico de drogas”.

A investigação jornalística e o vídeo mostraram como as mortes de sindicalistas e ativistas, de lideranças indígenas e a devastação da natureza têm a mesma origem, são resultado do mesmo esquema de exploração a qualquer custo, seja em vidas humanas, em floresta devastada, em água doce envenenada ou em relações sociais marcadas pela subjugação dos mais fracos e pela impunidade para os criminosos, assegurada por instituições governamentais corrompidas até o talo.

Este trabalho também permitiu reafirmar que a memória de cada companheiro ou companheira caída não só permanece nas organizações sociais e comunitárias, mas também se transforma em motivação e guia para quem permanece segurando as bandeiras dos direitos humanos e sociais, e é uma inspiração para quem se une à longa marcha pela vida, dignidade e justiça.



Por isso, hoje, 17 años após aquela campanha, reiteramos nosso compromisso inabalável de apoiar e acompanhar todas as lutas sindicais e sociais, denúncias e alertas, e todas as reivindicações que se insurgem contra a impunidade, a ignorância, o egoísmo e o messianismo, responsáveis pelos diversos ataques sofridos pelas pessoas e pela floresta amazônica.

Continuaremos a caminhar ao lado delas e deles, levando conosco a memória e as propostas, com esperança e confiança de que a sociedade brasileira saberá se equipar com as ferramentas necessárias para garantir a vida, a paz e a harmonia na diferença.

Fontes: Amazon Watch, Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Página 12, The Intercept Brasil, Wikipedia, Agência Xínuá, www.preciodeloro.org, Reuters, AFP, EFE, National Geographic, Greenpeace, El País de Madrid, La Diaria, The Guardian e informações próprias.

Texto: Carlos Amorín
Imágenes: Allan McDonald
Diseño: Agustín Méndez (wopi)

